



GELEDES: VOZES SOBRE O RACISMO NA ESCOLA.

Roberta Santos de Almeida
Francisco Diógenes Freire Ferreira

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. profdiogenesferreira@gmail.com. Robertta_santos22@hotmail.com

O racismo está presente em diferentes formas e lugares. Por sua vez, o mito da democracia racial torna-se uma forma de negar essa realidade, sem conseguir de fato escondê-la totalmente. Grupos organizados tornam-se uma forma de luta contra a realidade de submissão, exploração e negação do povo negro e de escancarar esta realidade. Entre eles o Geledes, uma organização política de mulheres negras brasileiras que entre suas pautas luta contra o racismo. Este grupo possui um verdadeiro portal de notícias na internet. Numa reportagem publicada em 29/03/17, o mesmo portal dedicou-se a falar que sim, existe racismo na escola brasileira. Diante dessa reportagem, surgiram 122 comentários de todo o Brasil, que destacavam vários relatos de racismo vividos e conhecidos de hoje e de ontem. Nos quais professores(a) negros(a) e outros(as) relatavam essa realidade na escola. Procurou-se então realizar uma pesquisa de caráter qualitativo e cunho bibliográfico, para analisar tais relatos dispostos publicamente, buscando ampliar vozes das vítimas dessa violência e compreender a dimensão dessa realidade junto a formação do professor e consequentemente da própria escola. Diante da importância de se avaliar estas dicotomias abarcadas pelo sistema educacional do país, inicialmente observou-se a dimensão histórica do racismo na escola. Bem como, foi possível identificar, a negação do racismo e sua abrangência no universo escolar que vai do(a) professor(a) aos seus demais membros. Tais resultados levam a conclusões iniciais como a necessidade de uma escola efetivamente reflexiva que atue na formação de alunos conscientes, em todas esferas, a partir de uma adequada formação docente.

Palavras chave: Professor reflexivo. Racismo. Escola.

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br

INTRODUÇÃO

Negros e brancos são geneticamente iguais, porém a cultura os compreendeu como diferentes, não apenas no Brasil, mas em grande parte do mundo, conivente e reprodutor da escravidão. Com o tempo o racismo nú e cru do Brasil, expresso nos grilhões que prendiam os negros da escravidão assumiu outros contornos. Algo que no Brasil quis se mostrar silencioso através da construção do que hoje se tem por mito da democracia racial, através do qual se acredita que no Brasil não haveria segregação e sim mestiçagem e sincretismo cultural. No entanto, a verdade é que com o tempo essas diferenças culturais assumiram papéis na hierarquia social do Brasil, fazendo o negro ser tratado como inferior ao branco (FAZZI, 2012; GOMES, 2003).

Neste contexto este papel de inferior atribuído ao negro, surgiu numa continuação modificada da escravidão. Um capítulo reatualizado de uma história antiga. Criaram-se então novos espaços para se contar a história antiga com supostos novos enredos. Dessa forma, o negro passou a frequentar espaços que outrora lhe eram negados. A ida a escola, uma vitória inicialmente, se tornou um outro espaço de lutas e sobrevivência. Visto que mesmo na escola entre crianças e na relação com professores e demais membros da comunidade escolar, o racismo se faz presente de forma totalmente opressiva (FAZZI, 2012; CAVALLEIRO, 2017).

Considerando o racismo o problema estrutural que afeta inúmeros setores da sociedade brasileira, setores surgem buscando evidenciar esta realidade e lutar contra ela. A partir dessa realidade surge institutos como o GELEDES, uma organização política de mulheres negras brasileiras que entre suas pautas luta contra o racismo. Este possui um grande portal de notícias na internet. No dia 29/03/17, este portal dedicou-se em uma reportagem a falar sobre o racismo nas escolas brasileiras. Esta notícia, intitulada: “Tem racismo na escola sim. É só perguntar às crianças negras”, teve um efeito social muito interessante. Várias pessoas de diferentes idades e realidades, homens mulheres, brancos e negros, começaram a relatar situações de racismo vivenciadas e/ou sentidas no espaço escolar. Transformando este espaço público, em um verdadeiro laboratório social no qual diferentes pessoas expressaram sua percepção sobre o racismo no espaço escolar.

A partir dessa reportagem que por si só possui grande impacto, ao falar de forma persuasiva sobre o racismo no ambiente escolar, este trabalho se propôs a observar e analisar as vozes neles expressas e o impacto que o racismo possui na vida dessas pessoas quando ocorre no espaço escolar. No dia 12/04/18, foi iniciado a análise dos comentários da reportagem mencionada, buscando esmiuçar como tal fato se mantem no decorrer do tempo e atinge tantas vítimas, bem como a sua aparente negação por algumas pessoas, entre outros aspectos que permitem a construção

de mais um capítulo sobre a realidade do racismo que se perpetua de forma institucional no Brasil, nesse caso observando seu desenvolvimento na escola.

METODOLOGIA

A pesquisa em comento diz respeito ao racismo nas escolas brasileiras, partindo da análise de comentários publicados online no portal GELEDES em resposta a reportagem “Tem racismo na escola sim, é só perguntar a criança negra” desse grupo que analisa socialmente essa realidade. A pesquisa teve caráter qualitativo, pois realizou uma análise dos comentários à luz do pensamento acadêmico expresso em livros e artigos de circulação nacional e caráter científico.

De início, utilizou-se como método de abordagem, o dialético, pois o fenômeno a ser estudado, embora permaneça constante com o passar dos anos, manifesta em seu interior contradições expressas nos diferentes posicionamentos em relação ao entendimento do que de fato ocorre, na visão dos autores dos comentários que argumentam sobre o fato. Visto que alguns minimizam ou até mesmo negam o racismo, enquanto a maioria confirma sua presença de diferentes formas na escola. Conduzindo este método à análise do tema proposto sobre este enfoque. O **método analítico** também veio à tona, visto que mostrou como os pesquisadores vêm enfrentando essa questão, considerando a análise da bibliografia disponível para consulta.

Quanto aos métodos de procedimento, utilizou-se os métodos histórico e comparativo, posto que através do primeiro se examinou o percurso histórico do fenômeno estudado. Já o segundo, foi feita a comparação com os efeitos sociais que este fenômeno causa as suas vítimas. Por sua vez, foi utilizado também o método de interpretação, que auxiliará no entendimento do real alcance das palavras utilizado nos comentários, buscando com isso visibilizar ao máximo o pensamento exposto em cada comentário.

Por último, utilizou-se como técnica de pesquisa, a documentação indireta - bibliográfica - que será feita através da releitura das obras, atinente à matéria, utilizando-se como base teórica obras que se dediquem ao tema proposto.

RESULTADOS

A partir da análise dos comentários foi percebido contradições em relação a realidade social do racismo, na medida que algumas mensagens negam a sua realidade e seus efeitos sobre as suas vítimas. Por outro lado, foi possível perceber entre aqueles que acreditam de fato na existência do racismo em sua manifestação na escola, o que se poderia mensurar como um número muito

relevante de comentários, a constância temporal do fenômeno, na medida que diferentes pessoas disseram terem sido vítimas quando crianças e passado o tempo, nos dias de hoje, ainda sofrerem com esta realidade no mesmo espaço escolar, embora agora como adultos e assumindo papéis diferentes. Os adultos refletiram que sofrem com o racismo, quando assumem aparentemente o papel como professores e são discriminados por outros professores e demais colegas de trabalho. Em realidade próxima, os adultos sofrem com a discriminação racial também como alunos, quando o espaço escolar são as universidades, no qual o racismo também se perpetua.

Foi observado que os estereótipos do negro encontram materialidade no comportamento racista especificado dos membros do corpo escolar, na medida que são expressos em situações de humilhação, omissão e descaso contra as crianças negras. Dentro dessa realidade o racismo também encontra manifestação no espaço escolar entre os alunos contra os negros (FAZZI, 2012). Em que diferentes componentes da escola mesmo presenciando ou tomando conhecimento, preferem minimizar o fato ou se omitirem. Quando não culpam a vítima pelo racismo sofrido. Logo, com essas atitudes, os membros do corpo escolar, incentivam o silêncio das vítimas (CAVALEIRO, 2017)

Foi possível perceber um comportamento positivo de autoafirmação identitária das vítimas quando adultas apesar do sofrimento quando criança. Alguns adultos assumem posições de preparar os filhos para o racismo iminente, considerando que foram alvos enquanto crianças; paralelo ao silêncio que a literatura especializada diagnostica que faz com que crianças só descubram o racismo quando entram na escola (CAVALEIRO, 2017). Bem como, por outro lado existe a insegurança de quem não quer ter filhos para evitar que esses sejam futuras vítimas como foram quando crianças.

Foi observado ainda as consequências do racismo sofrido que afetaram a saúde de alguns indivíduos que realizaram os comentários e um amplo pessimismo em relação ao fim do racismo nas escolas considerando a sua constância temporal.

DISCUSSÃO

O conceito do mito da democracia racial criado a partir da leitura da obra Casa grande e senzala de Gilberto Freyre (1933) ilustra de forma coerente a contradição premente nos comentários. No qual algumas pessoas se mostram incrédulas com relação ao racismo e outras condenam a sua existência.

De forma geral é possível definir o mito da democracia racial como a ideia de que o brasileiro fora o resultado da miscigenação entre negros, índios e brancos. Desse processo de

miscigenação resultaria uma realidade na qual não seria admissível falar em racismo entre estes grupos sociais, diante da sua convivência supostamente pacífica. Fazzi (2012), considera por sua vez que tal mito pode ser melhor interpretado considerando a ausência de discriminação, por não existir segregação racial e haver claramente a presença desta forte miscigenação e um sincretismo cultural consequente na sociedade brasileira.

No entanto, conforme ilustra Fernandes (1972) a premissa apontada por Gilberto Freyre (1933) não condiz com a realidade brasileira. Não existindo, portanto, uma ausência de racismo no Brasil. Para Fernandes (1972, p. 23) o que na verdade se observa é que o brasileiro possui: “preconceito de não ter preconceito”, logo o brasileiro continuaria a agir de forma racista, mesmo após o fim da escravidão, no entanto condena a manifestação desse racismo. Num claro antagonismo interno entre a rígida estrutura construída socialmente no Brasil na qual negros índios e brancos possuem espaços muito bem definidos (DA MATTA, 1987) e o ethos católico, que se manifesta mais formalmente considerando o fim da escravidão, que na prática se mostrou insuficiente e parcial.

“O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência de considera-lo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do ethos católico e o fato dela se manifestar com maior intensidade no presente, se prende a degradação da ordem tradicionalista, vinculada a escravidão e a dominação senhorial”. (FERNANDES p.23, 1972)

É importante lembrar que ainda no final do século XIX, (SCHWARCZ, 2012) era comum a mestiçagem existente no Brasil ser considerada como atestado da falência do país. Visto que se pregava que o Brasil: “não tinha futuro porque era uma país de ‘mestiços’ e de ‘mulatos’” (DA MATTA, 1987, p.79). Uma vez que o brasileiro se afastava do ideal branco europeu, repleto de características que o exaltavam como ser superior. Foi em 1930 que Gilberto Freyre (1933) escancarou uma mudança social aparente nesta concepção, na medida em que ela assumiu contornos velados, numa obediência ao mito da democracia racial. O brasileiro passava a ser resultado das três raças, no entanto o embranquecimento era notório, visto que elementos da cultura negra e indígena passaram a ser compreendidas como elementos da cultura brasileira. Um verdadeiro embranquecimento da cultura não branca. Visto que essa passava a ser valorizada, quando deixava de assumir os contornos indeníários originais e tornava-se símbolo indeníário nacional (SCHWARCZ, 2012).

Segundo Da Matta (1987) o racismo no Brasil foi construído em cima da concepção hierárquica na qual os brancos deveriam, e na concepção deles, mereciam assumir posições superiores às outras raças existentes no solo Brasileiro. De forma que brancos e negros sabiam exatamente qual deveriam ser o seu lugar por haver uma sociedade essencialmente hierarquizada e adequadamente estabelecida. Desmistificando a suposta relação mais aberta e humanitária atribuída ao português para com o escravo negro que Gilberto Freyre (1933) defendeu nos seus livros. Tal construção idealizada por Freyre (1933) por sua vez menosprezava as diferenças presentes entre os negros, índios e brancos em favor do cruzamento entre essas raças tidas como singulares. O qual começou a ser desmistificado apenas com Florestan Fernandes e o grupo de trabalhos da Unesco, um grupo de pesquisa de 1951 que começou a investigar as contradições presentes no mito da democracia racial (SCHWARCZ, 2012).

Tais premissas levam a conjectura que no Brasil o racismo se manifesta de forma diferente em relação aos demais países que realizaram a escravidão contra o povo africano. (SCHWARCZ, 2012; DA MATTA, 1987). Não pela ausência, mas por uma configuração na qual o próprio brasileiro(a) nega que é racista ou que o racismo possa existir como pode ser observado nas falas dos comentários.

Paralelo a essa negação ao racismo evidenciado no Brasil, que remete a toda essa construção histórica, ele se dissemina hoje nas relações sociais entre os indivíduos na medida que o branco é exaltado e o negro é observado sobre a ótica de uma série de estereótipos negativos, que se transformam em xingamentos como demonstrado nos comentários, que desvalorizam e inferiorizam. O que conduz ao raciocínio de que essa construção interna no indivíduo ocorre durante sua formação através de processos socializadores. Logo, no Brasil cada indivíduo poderá internalizar o racismo sem perceber ou por acreditar serem tais assertivas as adequadas. (CAVALEIRO, 2017).

Tal realidade de internalização do racismo pode ser encontrada no espaço escolar, entre os professores, com os demais membros da escola e até mesmo com e entre os alunos. Da mesma forma pode ocorrer no ambiente familiar o discernimento do racismo, o qual poderá por sua vez ter reflexos no espaço escolar, além dos demais contextos sociais (CAVALEIRO, 2017; FAZZI, 2012; GOMES, 2003).

A escola propaga o racismo ao falar do povo brasileiro e sua formação enaltecendo a construção de um povo a partir do branco, negro e índio, numa suposta igualdade que desconsidera as individualidades que compõe a cultura negra e indígena, negando aspectos da história e da

cultura do negro ou enxergando o negro apenas como escravo, o que conduziu a pauta das políticas afirmativas na educação como as cotas e a Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008), ou ainda tratando do negro e do índio como seres exóticos e totalmente distanciados do branco (GOMES, 2003). Sendo referenciado muitas vezes apenas em datas comemorativas. Em livros didáticos que enxergam o negro atrelado apenas a estereótipos contestáveis, caricatos e animalizados. Bem como, na presença de um currículo escolar pautado na cultura eurocêntrica, como única validade científica (SANTOS, 2001). Os traços que identificam o indivíduo negro servem como matéria prima para violências verbais, que atingem a moral do ser humano podendo o conduzir a tratamento clínico especializado. O professor (a) nessa realidade se porta de forma omissa, não demonstrando afetividade com a criança negra e pressupondo o fracasso escolar deste, quando não culpabiliza a vítima pelo racismo sofrido (CAVALEIRO, 2017; FAZZI, 2012). O que nos lembra da importância de tratar abertamente este tema na escola.

“Não seria demasiado supor que a ausência desse tema (racismo) no planejamento escolar impede a promoção de boas relações étnicas. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimo de desigual e inferior. [...] A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores” (CAVALEIRO, 2017, p. 20)

Resultante de um fato histórico, a escravidão, o racismo se perpetua na sociedade e na história. Especificamente a partir do contexto escolar é possível ver através dos comentários a sua forma trágica na medida que crianças vítimas tornam-se adultos vítimas. O sistema não cumpri o seu papel de mudança e os (as) negros(as) continuam vivendo uma falsa abolição que causa dor e sofrimento psíquico, levando em alguns casos a quadros clínicos como atestado nos depoimentos.

Apesar das últimas iniciativas de mudança observadas por meio de leis voltadas a política afirmativa como cotas e a Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008) que prevê falar da história e da cultura do negro e do índio na sala de aula. A mesma lei (BRASIL, 2008) não atrela a si nenhuma forma de represália a escola que não cumprir as suas diretrizes. Estando atrelada a lei de diretrizes e bases, a mesma na prática surge como uma recomendação, nem sempre seguida pelas escolas que por possuírem a liberdade na construção dos seus currículos não sempre se sentem impelidas em cumprir suas diretrizes. Fato que conduz ao notório pessimismo expresso pelos comentários.

Importante enaltecer que tal Lei (BRASIL, 2008) surge como resposta ao mito da democracia racial enraizada nas escolas. Os (a) professores(as) estão despreparados(as) para essas mudanças, visto que muitas licenciaturas sequer possuem entre suas disciplinas qualquer referência a questões raciais. Logo a ausência da aplicabilidade da Lei (BRASIL, 2008) também se mostra como resultado de uma incoerência entre realidade e prática, no qual embora instituída e formalizada, não encontra respaldo no universo escolar.

Os professores são um resultado não apenas dos saberes obtidos na sala de aula, são resultado dos saberes obtidos na sua formação escolar e mesmo daqueles transmitidos pelo seu círculo social (TARDIFF, 2013). Sendo o brasileiro reconhecidamente racista, tornasse importante observar essas questões na formação do professor que está sendo formado hoje e no professor que foi formado ontem, visto que este último pode ainda contribuir para mudar a realidade em sua sala de aula e de si mesmo por meio de reflexões em formações continuadas. Cuidar do professor é também cuidar dos seus alunos e por sua vez de uma escola de hoje e de amanhã. Visto que os alunos de hoje serão além de demais profissionais, professores amanhã. Logo, disseminar um ambiente reflexivo que permita ao professor se aproximar da realidade do racismo presente na sociedade brasileira é construir um futuro diferente. (ALARCÃO, 2011).

Um futuro no qual seja incentivado à valorização da cultura e do corpo negro, para que o indivíduo se fortaleça por se enxergar como parte de algo positivo, para que se continuem conversando com os filhos sobre as questões étnicas raciais. Evitando assim que estes sofram ainda mais pelo choque de omissões e desamparo que pode se tornar a escola quando o aluno não se encontra pronto pra enfrentar por omissão dos pais que preferem não tocar no assunto como infelizmente é corrente. (CAVALEIRO, 2017)

Nos comentários foi possível observar uma conduta da grande maioria como positiva, apesar do pessimismo e da descrença em mudanças, na medida que muitos se identificavam como negros. O que por si só é um avanço no processo de mudança diante da própria negação do racismo e da dificuldade de identificação para com a cor negra evidenciada no Brasil.

CONCLUSÃO

Observando os comentários foi possível perceber como o racismo ainda se encontra presente na sociedade brasileira. O mito da democracia racial atua de forma preponderante como mecanismo que busca negar isso, no entanto os relatos de dor e indignação atestam a vivência do povo negro. A



escola, enquanto espaço social que participa do crescimento do indivíduo, tornasse naturalmente propícia para demonstrar essa realidade como aqui foi observado.

A força do mito da democracia racial é a única justificativa palpável para essa negação que atinge os professores e demais grupos do espaço escolar, na qual a escola está sendo incapaz de adequadamente formar. Não falar sobre racismo no espaço escolar, assim como no seio da família, não apaga a sua existência na vida do brasileiro. E muito pelo contrário, acaba por contribuir para que este fato se perpetue por tanto tempo. As políticas afirmativas são apenas uma consequência da necessidade de se tocar na ferida do povo Brasileiro.

Em um país de maioria negra, não é possível que a própria escola continue com um currículo e discurso ainda tão eurocêntrico e omissos como observado nos comentários. Refletir sobre racismo no espaço escolar é contribuir para a mudança na autoafirmação de um povo que ao assumir os seus traços torna-se forte e maior. O Brasil não é formado apenas por Brancos e é verdade que cada um tem sua origem refletida nas três raças, mas não se pode apagar cada das outras raças e enaltecer apenas a branca.

A mudança é lenta, o que pode entristecer e desmotivar, mas atualmente é acreditando nela que se pode contribuir para formar professores mais conscientes que saberão lidar com tais questões em seu ambiente e assim evitar o sofrimento físico e psíquico de tantos. Negar não é alternativa. Nesta configuração torna-se apenas fuga, que na conta do tempo, o transforma exponencialmente numa realidade ainda mais distante de ser finita.

O presente trabalho surgiu então como mais um espaço que escancara a realidade do racismo cotidiano também no espaço escolar e serve como aparato de discussão para mudanças no espaço escolar a partir da compreensão do recorte feito a partir das vozes aqui ouvidas.

REFERÊNCIA

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva**. 8ª ed. Cortez, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Disponível em: <http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 02/10/2017 de agosto de 2017.

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br



CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: contexto, 2017.

DA MATTA, Roberto. **Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira**. In: Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Rocco. 1987. p. 58-75

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceitos. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

FREYRE, Gilberto. (1933), **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Schimidt.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro. n.23, p.75-85. 2003.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: Cavalleiro, Eliane (Org). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo negro, 2001. p. 97-113

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.